



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE CHAPECÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

RUDINEI JOSÉ CENCI

**BARRAGEM DE ITAPIRANGA:
UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA.**

**CHAPECÓ
2018**

RUDINEI JOSÉ CENCI

**BARRAGEM DE ITAPIRANGA:
UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA.**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em História apresentado como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Luiz Miranda

CHAPECÓ

2018

PROGRAD/DBIB – Divisão de Bibliotecas

Cenci, Rudinei José
Barragem de Itapiranga: uma história de resistência / Rudinei
José Cenci. – 2018.
49 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Luiz Miranda
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade
Federal da Fronteira Sul, Curso de História - Licenciatura, Chapecó,
SC, 2018.

1. Resistência. 2. Memória. 3. Movimento dos Atingidos por
Barragens. I. Miranda, Antonio Luiz, orient. II. Universidade Federal
da Fronteira Sul. III. Título

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

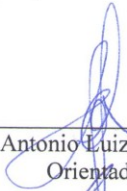
RUDINEI JOSÉ CENCI

**BARRAGEM DE ITAPIRANGA:
UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA.**

Trabalho de Conclusão do Curso de graduação em história apresentado como requisito para obtenção do grau de licenciatura em história da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Esse trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:
13/12/2018

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Antonio Luiz Miranda- UFFS
Orientador



Prof. Dr. Emerson Neves da Silva- UFFS



Prof. Dr. Claiton Marcio da Silva- UFFS

RESUMO

A história de resistência ao projeto da barragem de Itapiranga /SC destaca como ponto principal a organização e a consolidação do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB nessa região entre os anos 70 e 80. Os objetivos dessa pesquisa foi entender como foram os primeiros passos dessa organização, que entidades estavam envolvidas, quais ações foram realizadas para que a barragem não fosse construída e os impactos que esse projeto já deixou na região ameaçada. Para a realização desta pesquisa utilizou-se de fontes orais e bibliográficas e as dimensões históricas desse trabalho deram-se em torno da história social e cultural. Através da memória dos envolvidos, é esclarecido, como a resistência constrói uma identidade de sujeitos sociais na defesa de seus direitos e a construção de um projeto energético popular. A pesquisa constatou que o processo de resistência na região fez parte da organização e consolidação do Movimento dos Atingidos por Barragens.

Palavras- chave: Resistência. Memória. Movimento dos Atingidos por Barragens. Itapiranga.

ABSTRACT

The history of resistance to the Itapiranga / SC dam project highlights the organization and consolidation of the Movement of Dam Affected People (MAB) in this region between the 1970s and 1980s. The objectives of this research was to understand how were the first steps of that organization, what entities were involved, what actions were taken so that the dam was not built and the impacts that this project already left in the threatened region. To carry out this research, we used oral and bibliographic sources and the historical dimensions of this work werebased on social and cultural history. Through the memory of those involved, it is clear how resistance builds an identity of social subjects in the defense of their rights and the construction of a popular energy project. The research found that the process of resistance in the region was part of the organization and consolidation of the Movement of Affected by Dams.

Keywords: Itapiranga. Resistance. Memory. Movement of Affected by Dams.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1-SETOR ENERGÉTICO	11
1.1-Contexto histórico do setor hidrelétrico na Bacia do Rio Uruguai.....	14
1.2- Atual matriz elétrica brasileira	17
1.3- Breve histórico do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)	20
2-BARRAGEM DE ITAPIRANGA	25
2.1- Breve histórico da região de Itapiranga	27
2.2- Memória da Resistência: O MAB em Itapiranga	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem se intensificado o processo de construção de hidrelétricas no Brasil, obras essas que fazem parte de um projeto nacional em busca do desenvolvimento do país. É através desta estratégia que se busca implantar a Usina Hidrelétrica - UHE Itapiranga, usina projetada no Rio Uruguai no município de Pinheirinho do Vale no estado do Rio Grande do Sul e Itapiranga em Santa Catarina.

O interesse pelo Rio Uruguai, como fonte para a geração de energia parte dos anos 60, ocasião em que foram efetuados os primeiros estudos visando um inventário hidroenergético da região Sul pela então empresa estatal Eletrosul. Ao longo dos anos o projeto de construção da barragem de Itapiranga tem sido pautado, mas sempre rejeitado pelos atingidos, entidades locais e regionais.

Obras grandes como essa são de extrema complexidade, pois geram muitos conflitos pelos grandes impactos sociais, econômicos, ambientais e culturais que são causados. Através de conflito como esse que consolidou-se o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB uma organização que representa os atingidos de todo país.

Nesta perspectiva, o presente trabalho tem como objeto de estudo o MAB, focando no caso do projeto da barragem de Itapiranga, tendo como espaço temporal os anos 70 e 80, período que surge um grande conflito e resistência contra a barragem. Neste caso, o estudo busca entender como foram os primeiros passos e como foi o processo de resistência que resultou na organização e consolidação desse movimento.

As dimensões históricas desse trabalho estão balizadas em torno da história social, pois como produto social de massa pode enquadrar o surgimento do Movimento dos Atingidos por Barragens no que se refere aos interesses de uma história de resistência, como afirma Benincá (2010, p.208) em sua tese postula a identidade de resistência como aquela que é constituída por atores em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação. A trincheira de resistência ou identidade defensiva dos “oprimidos” torna possível a manutenção, o resgate ou a conquista de direitos, o que, em última análise, significa a sobrevivência enquanto indivíduos e a afirmação da cidadania. A identidade de resistência, formada em meio aos conflitos, pode se transformar em identidade de projeto. No caso, os “atingidos” por barragens podem transmutar da condição passiva de “objetos” a que são muitas vezes relegados para a posição de sujeitos sociais.

Uma das principais fontes de investigação foram entrevistas (fontes orais) realizadas com representantes de entidades que participaram do processo de organização e resistência contra a barragem de Itapiranga. Os entrevistados fazem parte do MAB, da Igreja Católica e Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil - IECLB. Também para a efetivação desse trabalho foram utilizados livros, cartilhas, imagens, atas e jornais da época que possibilitou ter informações mais precisas desse período estudado.

Para Pinski, o trabalho com a História oral pode mostrar como a constituição da memória é objeto de contínua negociação. A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade.

A partir disso, Gil (2010) afirma que, “a entrevista é portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”. (GIL, 2010, p.109)

Segundo Thompson (1987) em relação à experiência humana lembra que ela expressa o que há de mais vivo na história. É a presença de homens e mulheres retornando como sujeitos construtores do devir e do presente. Não são as estruturas que constroem a história, mas as pessoas carregadas de experiência. Essa experiência é trabalhada na cultura das pessoas e dos agrupamentos das mesmas de acordo com suas afinidades. A cultura é engendrada no âmago da experiência social, toma corpo, constrói uma coerência interna e passa a atuar, por sua vez, no embate de outras experiências (a cultura aqui é compreendida como valores, modos de vida, visões de mundo, sentimentos, aspirações, projetos, crenças, formas simbólicas de dominação e resistência, tradições, mitos, etc...). O conjunto dessas experiências orienta, dá os vetores e os caminhos das novas lutas. O grau de consciência social, conquistado na experiência e na cultura, determina os caminhos da história, que no processo é indeterminada. É o que os atingidos pela barragem de Itapiranga experimentaram, diferentes experiências, ligadas organização, a militância social, resistência, construção de identidade e conflitos de interesses.

De acordo com Thompson, é importante conhecer e resgatar a formação de ações coletivas originária de movimentos sociais e populares. Desta forma a cultura popular é o elemento formador das ações coletivas e das estratégias de resistência. A luta de classes seria o elemento fundamental para a construção da autonomia e consciência classista. Para ele ainda a ação humana é a transformadora da sociedade.

No primeiro capítulo desse trabalho, é apresentado de maneira geral o contexto histórico do Setor Elétrico brasileiro e da bacia do Rio Uruguai, caracterizando as fases que o setor elétrico percorreu, desde a Proclamação da República até os dias atuais, além da atual

matriz elétrica, para entender melhor os interesses do governo e as empresas na construção de barragens. Para finalizar o capítulo, é feito um histórico do Movimento dos Atingidos por Barragens-MAB. Possibilitando assim compreender melhor sua origem e suas principais características.

No segundo capítulo, é destacado o processo de resistência e organização do atingidos, da barragem de Itapiranga. São apresentadas inicialmente as características desse projeto, sua localização, dados técnicos e também o contexto histórico da região. Ao finalizar, é destacado a memória da resistência, ações, entidades envolvidas na organização dos atingidos contra a barragem até a consolidação do MAB e também, a construção de uma identidade coletiva através da luta de resistência.

Para finalizar, buscou-se trazer os principais elementos dessa pesquisa para compreender o processo de resistência dos atingidos, suas indagações, perspectiva e principais fatores que levaram a luta e a organização dos mesmos.

1- SETOR ELÉTRICO

Esse capítulo apresenta de forma breve o processo de estruturação do sistema elétrico brasileiro destacando os principais momentos dessa trajetória, dando ênfase à bacia do Rio Uruguai, a atual matriz elétrica e a história do movimento dos atingidos por barragens.

O setor elétrico nacional é marcado por grandes períodos na história do país, segundo Benincá (2010) são 04 (quatro) períodos que marcam o desenvolvimento do setor elétrico nacional, onde são adotadas várias políticas energéticas pelo Estado. O primeiro período, é durante a Proclamação da República (1889) até a Revolução de 1930, quando a economia brasileira se caracterizava pela produção primário-exportadora e a energia estava baseada em fontes vegetais.

Para Rocha, (2014, p. 13) a eletricidade se consolidou no Brasil juntamente com a República. Em 1891 foi promulgada a primeira Constituição da República, prevendo que os recursos naturais, dentre os quais, os hídricos, seriam acessórios a propriedade da terra, ou seja, de direito de exploração dos proprietários. Devido ao predomínio agrário-exportador os projetos ficaram restritos as iniciativas locais, o que limitou o desenvolvimento do setor elétrico nos primeiros anos do Brasil.

O segundo período foi entre 1930 á 1945. Durante esses anos, o país deu os primeiros passos rumo à estruturação de uma política energética, devido o início do processo de industrialização. Foi nesse contexto, em 1934 promulgado o código de Águas, determinando que a propriedade das quedas de água pertenciam ao Estado, foi um passo na estruturação do setor com protagonismo e coordenação do Estado. (BENINCÁ, 2010, p.29)

Esse período também é marcado pelo início da urbanização e do êxodo rural. Segundo Ribeiro (1995, p.198) a moderna industrialização brasileira teve seu impulso através de dois atos de guerra. Getúlio Vargas impôs aos aliados, como condição de dar seu apoio em tropas e matérias primas, a construção da Companhia Siderúrgica Nacional e a devolução das jazidas de ferro (Vale do Rio Doce).

Conforme Benincá, (2010, p. 29) a terceira fase vai de 1945 ao final da década de 1980. Esse momento, é marcado pela intervenção direta do Estado sobre o setor energético. Durante o regime ditatorial, o governo embasou o desenvolvimento industrial do país na megaeletrecidade, aproveitando o potencial da grande quantidade de rios existentes para construção de barragens.

Nesta conjuntura, Benincá (2010, p.30) afirma que o Estado brasileiro assumiu o papel de planejador e empreendedor de grandes projetos desenvolvimentistas, com políticas centralizadoras, autoritárias e intimamente ligadas aos interesses do capital transnacional. O modelo estatal de energia promoveu a ocupação violenta de territórios, gerou sérios impactos ambientais, culturais e sociais. Tudo em nome do progresso da nação.

Para apresentar o contexto do setor hidrelétrico é importante destacar a situação social, política e econômica que o Brasil estava vivenciando nesse período, Caio Prado, fala da exploração das riquezas do país pelo capital internacional. E também vai falar das fragilidades que a classe trabalhadora vivenciava.

Em primeiro lugar, o imperialismo atua como um poderoso fator de exploração da riqueza nacional; não é outro seu objetivo que acaparar em proveito próprio a mais-valia do trabalho brasileiro ao seu alcance. Nisto ele age como qualquer outra forma de capital, e não tem aí nada de particularmente interessante. Mas o que o distingue é que tal exploração não se faz em benefício de uma classe brasileira, uma burguesia indígena (a não ser grupos insignificantes ligados diretamente ao capital financeiro, e tão internacionais quanto ele), mas de classes e interesses completamente estranhos ao país. Isto é muito importante, porque neste processo não é apenas a classe trabalhadora que se desfalca, mas o país em conjunto que vê escoar-se para fora de suas fronteiras a melhor parcela de suas riquezas e recursos. (PRADO, 1970, P.214)

Relacionado a esse processo o Estado brasileiro buscou um ambiente propício à entrada de novos capitais estrangeiros e a retomada do crescimento econômico. No setor elétrico, o Estado retomou investimentos de infra-estrutura, que permitiu determinados segmentos da produção capitalista ampliar os mercados através da iniciativa estatal.

Esse período de 1968 à 1973, segundo Rocha (2014, p.21) ficou conhecido como “milagre econômico”, através da industrialização e a urbanização aumentou a demanda de energia, afetada pela crise do petróleo (1973). Dessa forma, aumentou significativamente o interesse por projetos hidrelétricos.

Conforme Prado, este processo deve ser analisado considerando a relação econômica internacional que o Brasil havia adotado.

É curioso notar que na análise desse tão louvado e incensado modelo brasileiro de desenvolvimento que se elevou à categoria de "milagre econômico", e que em linguagem mais simples e despreziosa, e sobretudo mais verdadeira, quer dizer "o comportamento imprimido à economia brasileira em sua fase mais recente e atual"[...]. Refiro-me à situação, no essencial, de dependência e subordinação da economia brasileira com respeito ao contexto internacional do capitalismo em que nos enquadrados, e onde comandam os centros financeiros do sistema: as matrizes dos velhos trustes conhecidos hoje pela eufêmica designação de "multinacionais". (PRADO, 1970, p. 261).

Conforme Caio Prado, o “milagre econômico” deve ser analisado ao contexto econômico, no qual o país vivenciava naquele momento. Para o mesmo, a economia brasileira estava dependente e subordinada ao contexto internacional, do capitalismo multinacional.

Para Locatelli (2015, p.96) a inserção internacional do Brasil produziu profundos impactos no setor elétrico nacional. Segundo ele, o país foi um dos mais afetados pelo movimento internacional dos fatores de produção, sendo um dos maiores receptores de capital e investimento, com maior presença de transnacionais na indústria, apoiada pelo governo da época.

Neste período pela nova divisão do trabalho, várias empresas eletrointensivas se deslocaram para o Brasil fugindo de leis trabalhistas e ambientais. Para Picoli (2012, p.89) o Brasil se insere naquele momento, como um país exportador de insumos ou produtos intermediários, de alto consumo energético e baixo valor agregado.

De acordo com Locatelli (2015, p.38) o enorme potencial hidrelétrico brasileiro alimentou discursos acerca do progresso econômico e social que poderia advir, através de um projeto nacional desenvolvimentista, que durante os anos 1950 e 1970 era propagandeado na imprensa, ressaltando o progresso e a modernização com a visão de “empreendimentos” grandiosos indispensáveis para evolução econômica.

O desenvolvimento era uma grande bandeira desse período, porém cabe ressaltar a origem desse discurso. Segundo Benincá, o conceito de desenvolvimento foi identificado por muitos como possibilidade de progresso, concepção que era muito forte após a guerra mundial em países de baixo crescimento.

[...] O significado ideológico do conceito passou a ter uma força simbólica semelhante ao colonialismo do século XIX, agora com enfoque centrado no setor industrial. Na prática, desenvolvimento foi identificado por muitos com a noção de crescimento, modernização, industrialização, sem que isso implicasse necessariamente distribuição da riqueza. Tal concepção permeou todo o pensamento desenvolvimentista do pós-guerra. (BENINCÁ, 2010, p. 115)

Os discursos de progresso, modernização e evolução econômica foram estratégias comunicativas para legitimar o regime, e também consolidar na sociedade a importância de executar os projetos propostos. Além, de ser um discurso falso deste período, pois o país estava com grandes dificuldades econômicas.

Para Cervinski, (2010) antes de construir as barragens houve promessas de emprego, desenvolvimento e progresso. Para ele, estas promessas têm sido uma grande mentira divulgada pelas empresas, pelos governos e por todos os defensores deste modelo. O

verdadeiro significado do “desenvolvimento” nada mais é que a busca de altas taxas de lucro para as empresas privadas, através da geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

1.1 - CONTEXTO HISTÓRICO DO SETOR HIDRELÉTRICO NA BACIA DO RIO URUGUAI

É nesse contexto destacado anteriormente, que a bacia do Rio Uruguai passou a ser fortemente estudada e cobiçada para exploração de energia, através da construção de grandes barragens. Para Locatelli (2015, p.124) no planejamento da oferta da energia elétrica nacional, o aproveitamento do potencial do Rio Uruguai e seus afluentes, foi considerado estratégico pelo Estado nos anos 60, tanto por sua localização, quanto por suas características geográficas que torna perfeito para o aproveitamento de grandes projetos hidrelétricos.

De acordo com Picoli (2012, p.89) embora esboçando algumas iniciativas nas décadas de 1940 e 1950, é apenas no contexto da década de 1960 que uma política nacional de geração de energia começa a ganhar corpo. É nesse período, que o governo federal, torna-se articulador e gerenciador efetivo dos recursos energéticos, com a criação da Estatal Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Elétróbás), em 1962.

Contudo, foi em 1966 que o governo militar deu continuidade com o Programa Energético para a Região Sul, sendo a Eletrobrás coordenadora dos estudos com suporte técnico internacional de Canadenses e Americanos (Consórcio Canambra Engineering Consultants Limited). Para Picoli (2012, p.90) o estudo, encerrado em 1969 previa a construção de 25 grandes barragens na bacia do Rio Uruguai, no qual acarretaria em inúmeros danos ambientais e sociais das populações ameaçadas.

Conforme Picoli (2012, p.92-93) entre 1977 e 1981 os estudos para o aproveitamento da bacia hidrográfica do Rio Uruguai foram reformulados pela Eletrusul, com assessoria do Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A. (CNEC). Os estudos de inventário da Bacia do Rio Uruguai, apresentavam como resultado a possibilidade de construção de 22 barragens, sendo 19 para a geração de energia e 03 para a regulação de vazão. Destaca-se entre as 22 barragens, como potencial a construção da UHE Itaipiranga.

No final dos anos 60 e início dos anos 70, o governo brasileiro iniciou a construção da maior usina hidrelétrica do mundo, a UHE Itaipu Binacional, aproveitamento do Rio Paraná. Segundo Benincá (2010, p.68) diante da construção da hidrelétrica de Itaipu/PR, os agricultores expropriados criaram o *Movimento Justiça e Terra* com a finalidade de reivindicar justa indenização de suas propriedades. O movimento estruturou-se a partir da

assembléia realizada no dia 16 de outubro de 1978 para discutir as indenizações insignificantes oferecidas pela construtora.

De acordo com Picoli (2012, p. 91) na bacia do Rio Uruguai, a primeira hidrelétrica, a ser construída foi UHE Passo Fundo, que entrou em geração em 1973, no Rio Passo Fundo. A barragem foi instalada entre os municípios de São Valentin e Entre Rios do Sul/RS.

A construção dessa usina gerou grandes contradições sociais, deixando um grande número de atingidos sem nenhum tipo de indenização. Picoli afirma que os atingidos tiveram que se organizar para lutar pela terra.

Muitos posseiros e arrendatários- grupos que não receberam nenhum tipo de indenização por não possuir o título de propriedade, que dependiam das áreas de terras lindeiras ao rio que foram alagadas pelo reservatório, tornaram-se mão-de-obra ociosa, contribuindo para o aumento da pressão demográfica naquela região. Em conjunto com outros camponeses desposados por motivos diversos, no final da década de 1970, no alto Uruguai Sul riograndense e Catarinense, estes atingidos deram origem ao que viria a ser em 1985, o MST. (PICOLI, 2012, p.92)

De acordo com Rocha, (2014, p. 90) esse apanhado histórico das décadas de 1970 e 1980 é possível perceber a forma de tratamento da população atingida por barragem. O autor destaca que na primeira fase dos anos 70, o caráter de implantação era dominante, se tentava colocar a barragem em operação, independente dos meios que seriam utilizados. Seguindo a lógica do regime autoritário, a figura do atingido e quaisquer que fossem suas propriedades eram desconsideradas. A política de remanejamento nem sequer era colocada em prática antes de se inundar os bens e a vida dos camponeses.

Os conflitos e as diversas formas de violência, em virtude das construções de hidrelétricas, resultaram na organização dos atingidos em todo o Brasil com formas organizativas diferentes com apoio da Igreja e entidades sindicais. A resistência é um marco histórico para a consolidação de um movimento social.

Segundo Benincá (2010, p. 69) na região Sul, na bacia do Rio Uruguai, em dezembro de 1979, foi criada uma Comissão de Barragens em oposição à construção das barragens de Machadinho e Itá. A partir de 1980, passou a se chamar Comissão Regional de Barragens e, posteriormente, Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB). A CRAB objetivava discutir com a população formas de enfrentar o projeto que se impunha. Pela primeira vez as populações ameaçadas de deslocamento começaram a se mobilizar e organizar antes do início da obra.

No Nordeste, organizou-se o Pólo Sindical de Trabalhadores Rurais do Sub- Médio São Francisco, com a primeira concentração de atingidos em agosto de 1979, em

Petrolândia/PE. Para o autor a trágica situação social provocada pela construção da barragem de Sobradinho/BA levou a determinação para enfrentar as ameaças e impactos que seriam gerados pela barragem de Itaparica, no médio São Francisco, entre Pernambuco e Bahia.

De acordo com Benincá (2010, p. 70) na região Norte surgiu no final de 1981, o chamado Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí/PA. A barragem inundou 2.830 Km² e deslocou mais de 25 mil pessoas. Ainda em 1978, a Eletronorte – responsável pela obra – à revelia de qualquer acordo ou esclarecimento à população atingida, começou a cadastrar as famílias para efeitos de indenização.

Com a instalação de um conjunto de hidrelétricas em várias regiões do país, conforme mencionado, começaram a aparecer diversas organizações regionais de atingidos. Tais movimentos localizados estão entre as expressões de resistências camponesas mais importantes surgidas neste período, que se levantaram para questionar a estrutura injusta da sociedade e os projetos de concentração capitalista. Seus militantes passaram a identificar as barragens como uma das múltiplas formas de “colonialismo moderno” que impõem a dominação e a exclusão social. (BENINCÁ, 2010, P. 76)

Para Benincá, os atingidos tiveram papel importante no questionamento dos projetos capitalistas e passaram se organizar e resistir aos projetos de barragens daquele período. Essas resistências, segundo o autor foram às principais expressões de organização regional desse contexto histórico.

A quarta fase inicia-se na década de 1990 e se prolonga até nossos dias, segundo Benincá (2010, p.30) isso ocorre quando se consolida o Plano Nacional de Energia Elétrica, baseado na implantação de grandes hidrelétricas e se aprofunda o modelo neoliberal associado ao processo de privatização do setor elétrico.

Para Rocha, (2014, p. 93) desde o início dos anos 1990 até o final da primeira década de 2000, foram privatizadas 68 empresas. No setor elétrico foram três, e mais, cerca de 50 potenciais geradores de eletricidade e 20 linhas de transmissão foram leiloadas e entregues para empresas privadas. Segundo o autor, atualmente o setor elétrico funciona com parcerias público-privadas, ou seja, concessões públicas para empresas privadas e o estado sendo mediador e regulador.

É importante destacar que, desde a primeira fase citada acima com início 1989 passando pelos demais períodos até chegar no estágio atual, pode-se identificar certa ligação entre o estatal e o privado, seja na parceria formalizada nos consórcios, seja em relações pontuais para realização de serviços.

1.2 - A ATUAL MATRIZ ELÉTRICA BRASILEIRA

Para entender a matriz elétrica brasileira, é importante primeiramente destacar que indiferente de sua origem, a energia é vista como um dos principais alicerces necessários ao “crescimento” e “desenvolvimento”. Na sociedade atual, com grande dependência de energia, as barragens se multiplicam trazendo benefícios, mas ao mesmo tempo efeitos negativos na questão social, ambiental e econômica para a região atingida.

Conforme Gonçalves, (2007) a indústria de eletricidade, o setor elétrico, ou um sistema de energia elétrica para o pensamento hegemônico consiste em um conjunto de estruturas, que possibilita gerar, transportar e usar para o atendimento das diferentes necessidades determinadas pela sociedade.

Segundo Cervinski (2010, p.07) a energia é um tema bastante amplo, pois envolve diferentes fontes e formas de energia e todas tem sua importância dentro da atual lógica deste sistema de produção. Porém, a energia produzida através de barragens é que tem sido uma das formas de geração mais disputadas pelos setores privados hegemônicos. A eletricidade é uma mercadoria diferenciada, porque possui dupla função, pode ser um bem de consumo e também pode ser um bem de produção.

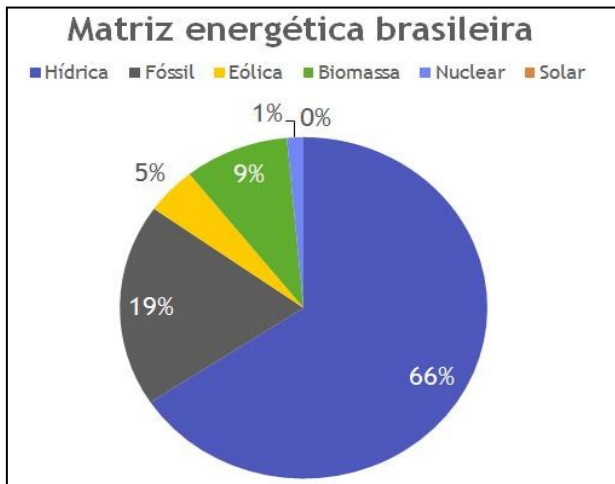
De acordo com Locatelli (2014, p.105) o capital para atender seus interesses, busca investir onde houver maior produtividade do trabalho, ou onde ele consegue as maiores taxas de lucro. Como bem de produção, a energia hídrica passa a ser a mais disputada, porque possibilita aos detentores dos meios de produção tornar o trabalho dos trabalhadores mais produtivo e conseqüentemente se apropriar do valor suplementar.

As barragens pelo baixo custo de produção de energia têm gerado o que Gonçalves aborda de lucro suplementar da indústria elétrica:

O lucro suplementar da geração da eletricidade hidráulica é resultado da diferença do preço de produção social médio – térmicas a combustíveis fósseis – e o preço de produção próprio das hidrelétricas. Esta noção – lucro suplementar – é neste estudo uma das categorias basilares para a aproximação e entendimento da produção de energia elétrica no Brasil. Pois, ela historicamente, e, principalmente na atualidade, tem sido um dos fatores centrais na “disputa pelas fontes” e controle dos excedentes” da indústria elétrica brasileira. (GONÇALVES, 2007, p. 175)

Observa-se através da tabela abaixo que a principal matriz elétrica hoje é a hídrica, energia produzida por barragens. Muitas são as vantagens em produzir energia através dessa matriz, pois as empresas e o governo consideram a água como produção de energia limpa, de baixo custo e de fonte renovável. Atualmente o Brasil tem um potencial muito grande, pois

possui grandes rios que cortam o País, dessa forma as barragens se tornam uma fonte de grande disputa entre as empresas que querem construir.



Fonte: www.aneel.gov.br

É importante destacar que a matriz elétrica brasileira é em torno de 66% de fonte hídrica, ou seja, sendo uma das mais eficientes e a que mais produz energia no Brasil, isso nos leva a imaginar que os brasileiros pagam uma das menores tarifas de energia. Portanto, o que tem-se visto nos últimos anos é que a sociedade brasileira tem pago uma das tarifas mais caras do mundo, considerando os países que tem em sua matriz a produção de energia através de petróleo.

Existem várias formas de produzir eletricidade, a termoelétrica é a forma que predomina no mundo. Porém a hidroeletricidade é a mais eficiente, com 92%, enquanto as demais tecnologias ficam em torno de 30%.

O Brasil tem o terceiro maior potencial hidrelétrico do mundo está atrás da Rússia e da China. Conforme a Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, em 2010 estavam em operação no Brasil 2.209 usinas de geração de energia elétrica. Da capacidade instalada, 75,3% é proveniente de hidrelétricas, sendo 160 de grande e médio porte e 333 Pequenas Centrais Elétricas-PCH. As demais fontes de produção, ou seja, usinas eólicas, nucleares e termoelétricas a gás natural, diesel, óleo combustível, carvão vegetal ou mineral madeira e biomassa eram responsáveis pelos 24,7% restantes.

Conforme Locatelli, (2014, p.105) o Plano Decenal de Energia-PDE, entre 2011 e 2020 prevê a construção de 24 grandes usinas até 2019, a maior parte nas regiões Norte e Nordeste, com grandes impactos socioambientais. Através desse plano, encontra-se também o projeto da barragem de Itapiranga.

Para Rocha (2012) a instalação de hidrelétricas implica no “deslocamento compulsório” de um grande número de pessoas nas respectivas regiões, e mesmo com mais de um século de hidroeletricidade no Brasil ainda não existe uma legislação específica para o remanejamento populacional. A cada nova hidrelétrica a ser instalada, é firmado um Termo de Acordo de Conduta (TAC) entre os agentes sociais envolvidos.

Nem as empresas, nem os governos sabem precisar com exatidão o número de pessoas que tiveram que sair de suas terras em função da instalação de barragens no mundo. Conforme relatório divulgado em novembro de 2000 pela Comissão Mundial de Barragens, no mundo já foram deslocadas entre 40 e 80 milhões de pessoas com a construção de barragens. No Brasil, o MAB estima em um milhão o número de atingidos por barragens e outros 850 mil ameaçados de perderem suas terras e ambientes de vida com a ameaça de novas barragens. “Dados revelam que sete em cada dez famílias atingidas pelo impacto da construção de uma barragem não têm seus direitos atendidos”. Benincá (2010, p.40).

Frente a essa ofensiva do governo e as empresas destaca-se o papel do MAB que surgiu no final dos anos 80, no qual tem a capacidade de apresentar as contradições, mobilizar a população atingida e propor alternativas de produção de energia, bem como um modelo energético popular, onde o controle das riquezas possam estar sob controle da sociedade brasileira.

Segundo o MAB, não existe a nível nacional uma política de tratamento da população atingida, em cada obra os direitos são tratados diferentes de uma para outra, por isso muitas famílias acabam ficando sem nenhuma forma de reparação.

1.3 - BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB)

Segundo histórico do MAB, os primeiros passos da organização dos atingidos por barragens teve início ainda no final da década de 70, na ditadura militar, período em que ocorreu a retirada forçada de direitos civis e políticos. Ao mesmo tempo em que a ditadura restringia os direitos, a indignação contra o regime fez com que surgissem várias formas de organização e luta. É neste período, que também surgem várias forças importantes de trabalhadores como o Movimento Sem Terra, a Central Única dos Trabalhadores e o próprio Partido dos Trabalhadores. MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens. **História do MAB**. Disponível em: < <http://www.mabnacional.org.br/historia> >. Acesso em 13 de junho de 2018.

No Brasil, conforme o MAB, a Eletrobrás foi responsável por desenvolver um estudo aprofundado sobre o potencial hidrelétrico, análise dos rios e bacias hidrográficas. Como nosso país é rico em água doce, rios com grande volume de água e quedas suficientes para gerar energia elétrica, a conclusão do estudo foi um mapeamento detalhado de onde se poderia construir as usinas hidrelétricas.

Imediatamente iniciou-se a construção de grandes usinas em várias regiões do país. Ao mesmo tempo em que havia um estudo sobre o potencial e como fazer o aproveitamento da energia, não havia uma proposta de indenização adequada das famílias que viviam na beira dos rios. Conseqüência disso, foi a expulsão de milhares de famílias de suas terras e casas, a maioria sem ter para onde ir. Muitas foram para as favelas das cidades, engrossaram as fileiras de sem-terras.

Segundo o MAB, gerou-se um clima de insatisfação das famílias e surgiram vários focos de resistência, onde as obras estavam sendo construídas. Os principais locais de luta foram: Tucuruí (PA) no norte do país, Itaipu (binacional com Paraguai) no sul, Sobradinho e Itaparica no nordeste. E mais adiante, Itá e Machadinho também na região sul. Nessas regiões os atingidos iniciaram com revoltas, lutas por indenização e logo formaram organizações locais e regionais de resistência. Eram as chamadas Comissões de Atingidos, CRAB (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens) na região Sul, CAHTU (Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí), CRABI (Comissão Regional dos Atingidos do Rio Iguaçu).

Para o MAB esse processo de organização em nível regional conseguiu desencadear lutas, bem como obter conquistas importantes para os atingidos, como foi o caso dos atingidos pela UHE Itá, quando em 1987, as famílias conquistaram um acordo sobre a construção de reassentamentos coletivos. Esse acordo, mencionou sobre regras de quem eram os atingidos e também sobre os padrões de casa, terra, assistência técnica para as famílias reassentadas.

De acordo com Benincá, (2010, p.69) a mobilização dos atingidos contou com a ajuda de segmentos da Igreja Católica, sobretudo lideranças da Comissão da Pastoral da Terra-CPT, das Comunidades Eclesiais de Base-CEBs, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), de alguns sindicatos combativos, membros da Fundação Alto Uruguai de Pesquisa e Ensino Superior (FAPES) de Erechim e outras organizações sociais. Movimentos localizados estão entre as expressões de resistências camponesas mais importantes surgidas neste período, que se levantaram para questionar a estrutura injusta da sociedade e os projetos de concentração capitalista.

No ano de 1989, foi realizado o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, que contou com a participação de representantes de várias regiões do País. Foi um momento onde se realizou um levantamento das lutas e experiências dos atingidos em todo o país. Foi então decidido constituir uma organização mais forte a nível nacional para fazer frente aos planos de construção de grandes barragens.

Em março de 1991, em Brasília, foi realizado o Primeiro Congresso Nacional de Atingidos por Barragens, com a fundação oficial do MAB, congregando experiências existentes em várias partes do Brasil. O Movimento adquiriu, então, uma dimensão nacional, com a missão de organizar e mobilizar as lutas em defesa dos direitos dos atingidos.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) é um movimento nacional, autônomo, de massa, de luta, com direção coletiva em todos os níveis, com rostos regionais, sem distinção de sexo, cor, religião, partido político e grau de instrução. Somos um movimento popular, reivindicatório e político. Nossa prática militante é orientada pela pedagogia do exemplo e nossa luta se alimenta no profundo sentimento de amor ao povo e à vida. MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens. **Quem somos.** Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/content/quem-somos>>. Acesso em 13 de junho de 2018.

Conforme o MAB, dois anos depois, foi realizado o I Congresso dos Atingidos de todo o Brasil - em março de 1991, onde se decide que o Movimento dos Atingidos por Barragens, deveria ser um movimento nacional, popular e autônomo, organizando e articulando as ações contra as barragens a partir das realidades locais, à luz dos princípios deliberados pelo Congresso. O dia 14 de Março, foi instituído como o Dia Nacional de Luta Contra as Barragens, sendo celebrado em todo o país. Os congressos passam a ser realizados a cada 03 anos, sempre contando com a participação de atingidos de todos os locais do país onde o movimento está organizado.

Segundo Benincá, (2010, p.89) em março de 1997, o MAB realizou o I Encontro Internacional de Atingidos por Barragens, em Curitiba/PR. O encontro contou com a participação de 20 países, dentre eles, atingidos por barragens e organizações de apoio. Desse encontro, resultou a declaração de Curitiba, que unifica as lutas internacionais e institui o dia 14 de Março, como o dia Internacional de luta contra as barragens.

Em novembro de 1999, o MAB realizou seu IV Congresso Nacional, em Minas Gerais, onde foi reafirmado o compromisso de lutar contra o modelo capitalista neoliberal e por um Projeto Popular para o Brasil que incluía um novo modelo energético.

De acordo com o MAB em junho de 2003, aconteceu o 1º Encontro Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens, em Brasília, no qual se reafirmou a luta popular

como o único instrumento capaz de obter conquistas concretas para o povo. No ano seguinte, o MAB realizou uma marcha histórica com cerca de 600 militantes. Foi a Marcha Nacional Águas pela Vida, percorrida de Goiânia à Brasília, para exigir do governo federal o cumprimento dos direitos dos atingidos.

O movimento destaca que em março de 2006, aconteceu o 2º Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens em Curitiba/PR. No encontro estavam presentes 1200 atingidos de todo Brasil que reafirmaram o caráter nacional do MAB, a importância das especificidades regionais e o caráter popular, sindical e político do Movimento.

Mais recentemente tem se intensificado o debate sobre gênero e as violações de direitos das mulheres atingidas por barragens. Esse tema foi tomando corpo dentro da organização e em abril de 2011 foi realizado em Brasília o primeiro Encontro das Mulheres Atingidas por Barragens. O encontro contou com a presença de 500 mulheres, que debateram a situação de violência vivenciada na construção de barragens.

No ano de 2013 em São Paulo, o MAB realizou o 7º Encontro Nacional, o evento aconteceu entre 02 à 05 de setembro. Durante esse encontro o movimento destacou as importantes conquistas que teve ao longo de sua história e também reforçou as principais bandeiras de luta, dentre elas a garantia dos direitos dos atingidos (as) e a construção de um projeto popular energético para o país.

Conforme o MAB, durante os dias 01 a 05 de outubro de 2017 no Rio de Janeiro, foi realizado o 8º Encontro Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens. Com o lema “Água e energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular”, o evento reuniu milhares de atingidos de todas as regiões do Brasil.

Durante os encontros da organização sempre foram reafirmados os objetivos, no qual são apresentados por Benincá.

Os principais objetivos do Movimento são: resistir contra a construção de barragens que provocam danos sociais e ambientais; lutar para que nenhuma barragem seja construída sem acordo com a população; defender a permanência do povo na terra; reivindicar garantia de justa indenização ou reassentamento aos atingidos; proporcionar formação aos integrantes do Movimento; ampliar o número de militantes; discutir e propor um novo projeto energético para o país que garanta, entre outros itens, utilização de fontes alternativas de geração, acesso à energia para todos, com tarifas populares para os consumidores familiares. (BENINCÁ, 2010, p.83)

Para o autor ainda, o movimento reúne um público historicamente marginalizado, resiste ao processo de construção de barragens e luta para garantir os direitos das populações afetadas. Propõe a necessidade de mudar a matriz energética, reduzir o consumo de energia,

diminuir o uso de combustíveis fósseis, enquanto estes não forem substituídos por fontes renováveis e mais “limpas”.

O MAB se insere entre os movimentos, os quais questionam e recusam o modelo econômico dominante responsável pelo desemprego estrutural, desigualdades sociais, miséria de multidões e violência institucionalizada. Segundo Benincá (2010, p.19) o movimento desempenha uma função social e política relevante, defendendo sujeitos impossibilitados e excluídos. Também fortalece a consciência dos direitos ambientais na medida em que, por um lado, combate a tendência hegemônica que trata a *água* e a *energia* como mercadorias e, por outro, procura preservar a vida, empunhando a bandeira “água para a vida não para morte”, que orienta a caminhada desde sua origem.

Ao destacar a história do MAB, Benincá (2010, p.208) afirma que a trincheira de resistência, ou identidade defensiva, dos “oprimidos” torna possível a manutenção, o resgate ou a conquista de direitos, o que, em última análise, significa a sobrevivência enquanto indivíduos e a afirmação da cidadania. A identidade de resistência, formada em meio aos conflitos, pode se transformar em identidade de projeto. No caso, os atingidos por barragens podem transmutar da condição passiva, de objetos a que são muitas vezes relegados, para a posição de sujeitos sociais. Resistindo aos projetos hidrelétricos, o MAB enfrenta ao mesmo tempo o sistema capitalista com seu caráter economicamente explorador, socialmente excludente, ideologicamente imperialista e colonizador e o modelo energético, que se apropria dos bens naturais e maximiza seus lucros, causando os mais diversos tipos de impactos.

Atualmente, o MAB está presente em 16 estados do Brasil e se articula com organizações de atingidos de outros países. Também se integra de forma orgânica à Via Campesina, composta pelo MST, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), CPT, Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB). O MAB interage com a Comissão Mundial de Barragens, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e outras agências multilaterais.

A bandeira do MAB é resultado de um processo de construção coletiva, de acordo com documentos do movimento, os agricultores tiveram participação na escolha dos símbolos e das cores que estão na bandeira.



Fonte: <http://www.mabnacional.org.br>

A torre e os fios ficam dentro e fora do mapa. Os fios tomam a direção Norte, dando a entender que a energia elétrica é um bem gerado aqui, mas beneficia quem não é daqui. O mapa, em verde, retrata uma nação idealizada sem problemas com desmatamento ou devastação da flora. Ao aparecer mergulhado na água, transmite-se a noção de um país que vai se afogando em barragens.

A torre alude claramente à implantação das hidrelétricas, em razão das quais uma pessoa é “crucificada”, ou seja, forçada a sair de seu território onde estão fixadas suas “raízes” e migrar, muitas vezes para as periferias das cidades. Este indivíduo, ao ter rosto indefinido, pode representar um número indeterminado de atingidos por barragens de diferentes etnias. Na torre ainda vê-se uma enxada e uma foice que simbolizam o trabalho na agricultura camponesa, projeto defendido pelo MAB.

As cores estampadas na bandeira trazem implicitamente a conjugação de diferentes idéias: de paz (branca), de preservação ambiental (verde e azul); de morte (preta); de luta na perspectiva socialista (vermelha). Todos esses elementos simbólicos são características da identidade do MAB.

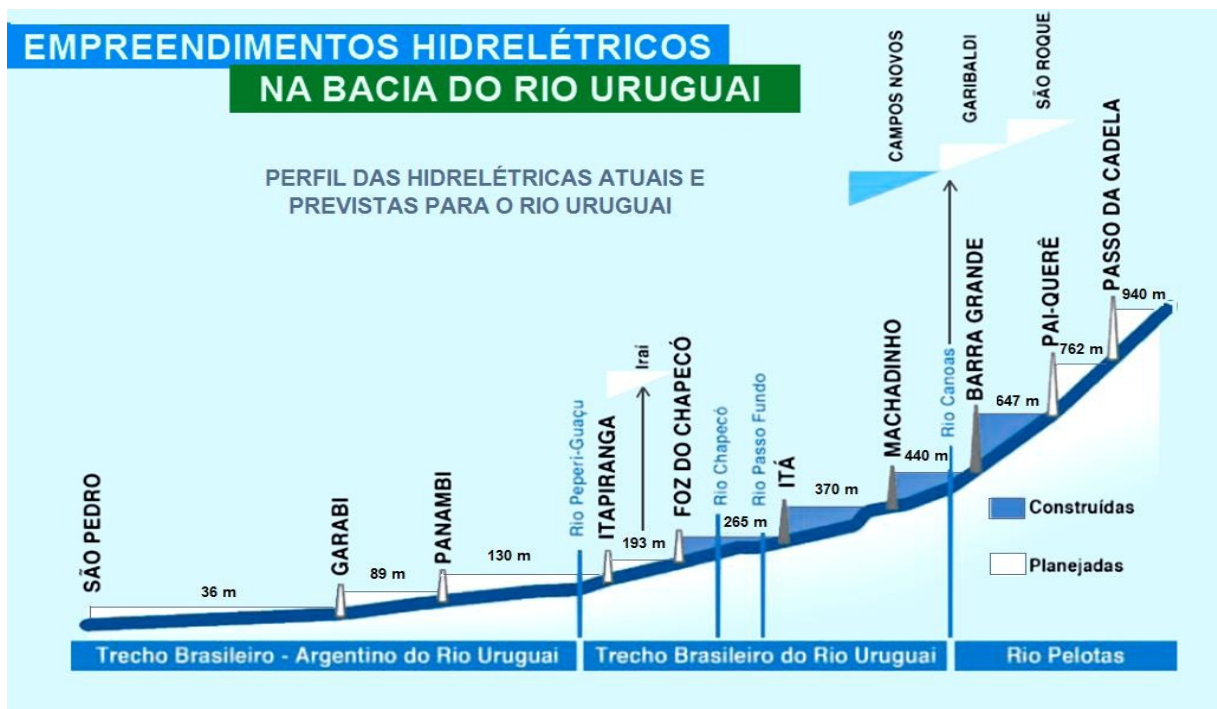
Em muitos lugares a resistência popular barrou a instalação de hidrelétricas, a exemplo disso é a barragem de Itapiranga. Por mais de 30 anos o projeto de construção da barragem de Itapiranga tem sido pautado, mas sempre rejeitado pelos ameaçados e entidades regionais. A partir desse processo histórico no próximo capítulo será apresentado o projeto da UHE Itapiranga, a organização e resistência das famílias ameaçadas e como foi à consolidação do Movimento dos Atingidos por Barragens nessa região.

2- BARRAGEM DE ITAPIRANGA

O rio Uruguai é formado pelo encontro dos Rios Pelotas e Rio Canoas, que deságua na Bacia hidrográfica do Prata, essa formada pela união dos Rios Paraná e Uruguai, estendendo-se por três países; Brasil, Argentina e Uruguai.

Ele possui 2.200 km de extensão e divide os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Seu relevo acidentado, com vales e serras torna o rio cobiçado para a construção de hidrelétricas.

As primeiras barragens construídas na bacia do rio Uruguai, Machadinho e Itá, foram autorizadas para a construção em 1982. Com as concessões em mãos da iniciativa privada, a partir da década de 1990 foram concluídas cinco UHEs no trecho brasileiro: Itá (1999), Machadinho (2001), Barra Grande (2006), Campos Novos (2008) e Foz do Chapecó (2010). Como pode ser visto através do quadro abaixo, o projeto da barragem de Itapiranga se for efetivado transforma o rio Uruguai em território brasileiro em grandes lagos.



Fonte: <http://viabiodiversa.blogspot.com/2016/08/projetos-de-hidreletricas-no-rio.html>

A Barragem de Itapiranga foi um dos primeiros projetos a ser pensado para a bacia do rio Uruguai e que ainda não foi construída, ela já fazia parte de um amplo projeto de produção de energia dos anos 70. Encontra-se projetada entre os municípios de Itapiranga /SC, e Pinheirinho do Vale /RS, prevê um eixo de 560 metros de comprimento e 36 metros de altura, seu reservatório seria de 61 km² com 110 km de comprimento. A barragem atingiria nesse projeto os municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Mondaí no lado catarinense, além de

Pinheirinho do Vale, Caiçara, Vicente Dutra e Vista Alegre no Rio Grande do Sul. A potência da usina esta prevista para 724 MW, com técnica de construção de modelo de barragem a fio d'água.

A barragem no contexto da bacia do rio Uruguai, com seu atual projeto, apresentado pela Engevix em 1992 tornar-se-á 5ª maior usina em produção de energia. O projeto inicial da barragem previa uma altura de 57 metros, com potência de 936 MW, mas no decorrer dos anos ele sofreu alterações por motivos econômicos e políticos. Diante disso diminuição do alagamento seria uma forma de justificar a construção.

De acordo com Rocha, (2014) entre os anos 1980 e 1990, a ELETROSUL interessou-se pelo projeto de usina em Itapiranga e estava com liberdade para iniciar e acompanhar o projeto com autorização do Ministério de Minas e Energia. Devido grande reação da população local a ELETROSUL nesse período abandonou o projeto. A barragem sempre continuou nos planos do governo e das empresas, nos anos 2000 teve varias tentativas de novos estudos na região.

Segundo Rocha, (2014) os estudos eram para identificar a alternativa mais viável econômica e social em relação ao empreendimento.

A aneel, em novembro de 2008, através de despacho nº 4.273/08, autorizou a empresa Desenvix a realizar o estudo de viabilidade técnica, econômica e socioambiental da usina de Itapiranga. Este estudo teve como escopo, a partir da avaliação do potencial do impacto da obra, realizar a análise e a comparação dos projetos de expansão da oferta de energia hidrelétrica, levando em conta os aspectos ambientais e socioeconômicos. Os indicadores utilizados para analisar e avaliar os potenciais impactos causados por usinas hidrelétricas são selecionados a partir de verificações dos principais danos associados a esse tipo de empreendimento. (ROCHA, 2014, p.179)

Após esses estudos a empresa Desenvix teve dificuldade de continuar o projeto. Em julho de 2010, o Ministério Público Federal-MPF instaurou inquérito civil publico para fiscalizar e exigir o cumprimento das normas ambientais na construção da barragem de Itapiranga. O inquérito foi motivado pelo MAB e comissão interestadual dos municípios atingidos. O MPF em 2012, depois de varias recomendações feitas para o IBAMA sobre os estudos da barragem de Itapiranga,os quais não foram cumpridos, determinou a suspensão do processo de licenciamento ambiental da barragem.

Em abril de 2014, realizou-se uma audiência pública convocada pela Justiça Federal de São Miguel do Oeste, Ministério Público Federal e IBAMA, para discutir a ação civil pública, que suspendia a mais de 2 anos o processo de licenciamento ambiental da barragem. O objetivo foi ouvir a sociedade, entidades, prefeitos, vereadores, comerciantes, lideranças

religiosas, sindicais e movimentos sociais sobre a posição frente à construção da barragem prevista há mais de 30 anos. Todas as entidades presentes pediram o cancelamento definitivo da barragem e os mais de 20 depoimentos apresentados na audiência foram colocados nos autos da Ação Civil Pública.

Em 2017 a Desenvix desiste do estudo de viabilidade de Itapiranga, é o que mostra o jornal de circulação local:

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Superintendência de Concessões e Autorização de Geração, emitiu o despacho nº1.265 de 8 de maio de 2017, inativando a empresa Desenvix Energias Renováveis S.A, com a desistência formal da própria empresa que tinha autorização para realizar os Estudos de Viabilidade da UHE Itapiranga, com potência prevista de 724.600 kW, localizada no rio Uruguai, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A decisão foi publicada no dia 10 de maio de 2017 no Diário Oficial (seção 1, p. 50, v. 154, n. 88). Jornal Expresso do Oeste. Disponível em: <<http://expressodoeste.com.br>> acesso dia 19 de novembro de 2018.

A notícia sobre a desistência da empresa em realizar os estudos foi comemorada na região. Segundo o jornal, para o MAB a desistência da Desenvix é fruto da luta de resistência contra a barragem. E a denuncia do movimento na fraude dos estudos ajudou a cancelar os estudos.

Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) o Plano Decenal 2022-2026, prevê a construção da barragem de Itapiranga, porém está aguardando posição do órgão ambiental responsável para dar continuidade ao projeto. Diante disso, a população continua a vivenciar incertezas sobre seu futuro, mas resistindo ao projeto.

2.1- BREVE HISTÓRICO DA REGIÃO DE ITAPIRANGA

Ao descrever o processo histórico da região de Itapiranga, é importante destacar os cuidados que devem ser tomados ao falar da história dos municípios originados do processo de fundação de colônias. Para Zarth, o processo de colonização é visto como progresso, enquanto os indígenas e caboclos são apenas mencionados e que não fazem parte desse processo.

Os textos tradicionais sobre a história dos municípios originados do processo de colonização produziram a idéia de que tudo começou com a fundação das colônias, numa espécie de mito fundador. As histórias locais, geralmente, se dividem entre antes e depois da colonização. Ainda que os povos indígenas e caboclos sejam mencionados, a fundação das colônias sempre aparece como ponto de inflexão na história e associada à ideologia do progresso e do pioneirismo. O próprio site oficial da Mesorregião Fronteira do Mercosul na Internet também enfatiza a versão dos colonizadores sobre a história regional, afirmando que a identidade histórica da

região está relacionada com os imigrantes europeus no Sul do Brasil: (ZARTH, 2015, p.14)

Segundo Radin, (2015, p.160) as idéias de progresso e de civilização ou de sua ausência, difundidas principalmente no final do século XIX e primeira metade do seguinte, perpassaram o processo de colonização da fronteira sul. A região, em geral ocupada por indígenas e caboclos, era representada de forma a se evidenciar a falta de progresso e de civilização.

As imagens da extensa floresta, do modo de trabalhar das populações locais, do pouco aproveitamento econômico, das poucas e pequenas lavouras existentes, entre outras, eram usadas para explicar o atraso, o abandono, a inércia que vivia. Aos olhos dos governantes e de formadores de opinião, desejava-se superar tal realidade. Essas percepções provocavam tensões entre os grupos que tradicionalmente habitavam a região e os que nela passaram a residir, especialmente pela contraposição de seus diferentes modos de vida.

De acordo com Radin, (2015) o processo de colonização foi o grande responsável pela espoliação dos indígenas e dos caboclos. Na disputa entre “os de fora” e “os estabelecidos”, os colonizadores se impuseram.

Para Picoli, (2012) o processo de territorialização dos colonos do Alto Uruguai catarinense, como quase todo o processo de construção de território e de identidade, não se deu sem enfrentamentos e fricções interétnicas. Aborda ainda sobre a questão dos caboclos que habitavam a região, o relatório da diretoria de terras e colonização de 1917, já demonstrava certa preocupação em relação á ação das colonizadoras contra eles.

As colonizadoras até ofereciam as terras aos caboclos, entretanto, sob condições impagáveis. Como a política das empresas era compra ou deixa o local, o não sair significava o uso da violência e muitos caboclos optavam por migrar para regiões onde a fronteira agrícola estivesse em fase de expansão, ou para regiões mais acidentadas onde não era de interesse pelos colonizadores.

Vale ressaltar que o processo de colonização foi impulsionado pelo governo imperial, mas segundo Radin os governos provinciais repassavam para companhias privadas de colonização que tinham interesses particulares.

As experiências com imigrantes europeus no sul do Brasil, na forma de pequenas propriedades agrícolas, se desenvolveram logo após a independência e, em meados do século XIX, o governo imperial fez concessões de terras públicas às províncias com o intuito de difundir a colonização. Pretendia que os governos provinciais assumissem parte dessa tarefa; no entanto, alegando escassez de recursos, em geral

os governos provinciais a repassavam às companhias privadas de colonização ou facilitavam sua atuação. (RADIN, 2015, p.151)

Na região de Itapiranga, o processo de colonização segundo Neumann (2016), foi formada pelo processo migratório inter-regional do início do século XX, conhecido como Projeto de colonização de Porto Novo¹ (Itapiranga), no qual a região recebeu um significativo número de imigrantes alemães de religião católica. Também a região formou a colônia de Porto Feliz (Mondaí), que tinha como propósito inicial, formar uma colônia de alemães protestantes, mas com problemas financeiros da empresa Chapecó-Pepery e colonizadora Meyer, formou-se a colônia modelar Porto Feliz, com uma área menor, distante do projeto inicial, pois parte foi vendido para a colonizadora Volksverein. No dia 31/07/1926 fundou-se uma colônia alemã católica através do Padre Max Von Lassberg, juntamente com Karl Culmey.

Segundo Franzen, (2014) a Volksverein era uma entidade associativa fundada para dar assistência a população de descendência alemã e católica no Sul do Brasil da colônia velha. Essa associação chegou a ter no período da Primeira Guerra Mundial cerca de oito mil associados, considerada colonização étnica e confessional por aceitar somente migrantes que fossem de origem germânica e católica. Nesse sentido, compraram terras nessa colônia famílias que buscavam novas fronteiras agrícolas originárias das colônias velhas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, onde as terras já estavam subdivididas e esgotadas. Da mesma forma, adquiriram terras em Porto Novo, imigrantes que fugiam das duras condições de vida em vilarejos europeus, expulsos pelas atrocidades da guerra, pela perseguição étnica e política, ou pelas péssimas condições de vida e de trabalho lá existentes.

De acordo com Franzen (2014), a derrubada da mata era vista como um fator de sucesso do empreendimento colonizador pelas lideranças, pois aos olhos deles e de futuros compradores de lotes de terra, o desenvolvimento da região era medido pelas lavouras exuberantes e pelo caráter civilizatório do meio, já que em meio a floresta densa, proliferava-se a visão de selvageria e isolamento. A derrubada da mata criava certo imaginário civilizatório aos olhos das lideranças locais.

¹ O projeto de colonização Porto Novo, foi idealizado pela Sociedade União Popular – *Volksverein*, instituição que coordenou a implantação de outras colônias alemãs no Rio Grande do Sul, vinculado aos Padres Jesuítas, com o objetivo de implantar no extremo oeste de Santa Catarina uma nova fronteira agrícola e social. O empreendimento foi financiado pela Cooperativa de Crédito *Sparkasse*, e fundado oficialmente no ano de 1926. Já no ano de 1928 a colonização recebeu o nome de Itapiranga, nome dado atualmente ao município, gerando mais tarde a emancipação dos municípios de Tunápolis e São João do Oeste. (FRANZEN, 2014, P. 65)

É importante destacar, que no lado gaúcho formou-se uma colonização mista, com famílias de caboclos e não católicos que habitavam a região de Itapiranga/SC.

Sentindo-se pressionadas, algumas famílias de caboclos, mestiços e europeus não católicos que moravam em Porto Novo, abandonaram a cidade e passaram a viver do outro lado do rio, em terras do que é hoje Pinheirinho do Vale/RS. História do município de pinheirinho do vale. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/monitoramentopne/planos-municipais-de-educacao-rs/p/pinhal-do-vale>).05/11> acesso dia 05 de novembro de 2018.

Nesse período ainda em Pinheirinho do Vale- RS, município vizinho de Itapiranga, haviam grileiros, os quais haviam se apossado dessas terras da costa do Rio Uruguai. As terras já eram habitadas por pessoas de diferentes etnias o que impossibilitou a colonizadora Volksverein comprar terras nessa região.

Para Zarth (2015, p.15) a realidade é que a região é formada por vários grupos que convivem atualmente num mesmo espaço. É fundamental pensar a história da Fronteira Sul como um território de múltiplas dimensões socioculturais, onde convivem historicamente grupos sociais com interesses conflitantes.

Ao caracterizar a região, a principal atividade é a agricultura camponesa, baseada na produção familiar, com elevado número de camponeses integrados à agroindústria, fumageiras e produção de subsistência com venda do excedente. Mesmo com o consistente êxodo rural ocorrido nas últimas décadas, observa-se que a agricultura faz parte da principal economia dos municípios.

2.2- MEMÓRIA DA RESISTÊNCIA: O MAB EM ITAPIRANGA.

A presente pesquisa teve intenção de coletar informações, sobre qual foram os primeiros passos da organização dos atingidos na região, que entidades estavam envolvidas, quais ações foram realizadas para que a barragem não fosse construída e os impactos que esse projeto já deixou na região ameaçada, além do processo de resistência e a consolidação do MAB.

As pessoas entrevistadas foram indicadas pelo MAB, pois estavam envolvidas no processo desde a década de 70. Foi entrevistado um agricultor que é liderança do movimento do MAB na região, um representante da Igreja Católica e um da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil.

As fontes primárias como jornais, cartilhas e atas de reuniões foram encontrados no arquivo pessoal de um atingido entrevistado em Itapiranga, além de materiais coletados na

biblioteca municipal de Itapiranga e nos arquivos do MAB disponível em sua sede em São Carlos SC.

Desde as décadas de 60 e 70, a população da região de Itapiranga vem vivendo cotidianamente com a presença da questão da barragem. Segundo caderno da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens-CRAB, ao final dos anos 70, no início da chamada abertura política, os trabalhadores rurais da Bacia do Rio Uruguai são surpreendidos por notícias de que estava sendo planejada uma inundação na região. Desde 1967, havia pesquisas por conta do governo para conhecer o potencial hidro-energético da região. Os levantamentos apontavam a possibilidade de se construir 25 usinas hidrelétricas, atingindo 77 municípios catarinenses e gaúchos e cerca de 200 mil pessoas.

A partir do conhecimento deste mega projeto é que inicia o trabalho de informação e mobilização em toda bacia do Rio Uruguai. Confirma com o relato do entrevistado José Fritsch:

[...] eu queria começar bem onde deu origem disso tudo, eu trabalhava com Dom José Gomes em Chapecó também junto com outros, padre Ivo tinha uma aproximação pela questão rural, tinha o pessoal do CIMI que morava em Xanxerê e veio a notícia de que o oeste de Santa Catarina e o Rio Uruguai, Rio Chapecó, Chapecózinho, o Rio Canoas e o Rio Pelotas iam ser construídas 22 barragens. Aí vai daqui, dali, reuniões nós fazíamos parte da organização da formação da Pastoral da Terra da CPT. [...] (FRITSCH, 2018)

Através do relato, pode-se observar que José Fritsch teve contribuição junto com Dom José Gomes e outras entidades na formação da CPT. Em seguida, aborda como foi conseguido informações da empresa que tinha realizado os estudos na Bacia do Rio Uruguai e como foram feitas as primeiras reuniões para discutir sobre o tema.

[...] tinha um companheiro nosso de lá que também era vinculado a pastoral da juventude, lá da arquidiocese de Florianópolis e aí nos conversando que tinha essa informação, de o que fazer com ela? O que é atingido por barragem? O pessoal já tinha uma lembrança do que tinha acontecido em Itaipu, na construção da barragem de Itaipu, as barragens do Paraná, e aí o (Chiquinho Veríssimo) conseguiu de um amigo dele da Eletrosul de Florianópolis todo um documentário, tipo um caderno, um folheto publicado, onde mais ou menos tinha o plano das 22 duas barragens a serem construídas aqui. E nos pegamos aquele livrinho transformamos em um mapa de Santa Catarina maior, nesse mapa de Santa Catarina a gente localizou todas as barragens, cidades próximas e tal, tiramos os slides, que a gente fazia os slides, tipo fotografia e tiramos fotografia do livro em parte e mais algumas explicações da história do que aconteceu na Itaipu da forma como foi Itaipu, grande parte do povo até hoje ainda não recebeu indenização né de agricultores e aquilo com aparelho de slides passando de município por município, paróquia por paróquia, comunidade por comunidade na beira do Rio mostrando o que ia acontecer, o que estava planejado. Aí o negócio pegou fogo né[...] quando os colono viam isso ficavam apavorado, aí por conta disso fomos fazer reuniões nas comunidades. (FRITSCH, 2018)

Conforme o entrevistado, esse foi um dos primeiros passos na organização dos atingidos por barragens na região. Através de reuniões nos municípios e comunidades para explicar o que estava sendo previsto e debater a situação com os ribeirinhos, para ver o que fazer frente à situação.

Abaixo imagem do mapa de Santa Catarina, usado para fazer as reuniões nas comunidades com título religioso (Dilúvio Programado), as regiões atingidas estão pintadas com lápis de cores diferentes para identificar os locais, contendo uma legenda com nomes das 22 barragens, o rio que a barragem fazia parte e a potência das usinas projetadas.



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Percebe-se, a importância que a Igreja teve nesse processo, principalmente com a formação da Comissão da Pastoral da Terra. Segundo Reis (1998), por iniciativa da Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi realizada uma primeira reunião para a discussão da problemática das barragens, e teve como encaminhamento mais importante a criação de uma “Comissão de Barragens”.

De acordo com Benincá, a CPT ligada a Igreja Católica e outras entidades, teve o objetivo de construir alternativas para os problemas enfrentados pelo trabalhador do campo e também aqueles que estavam ameaçados pelos projetos de barragem.

[...] (1975) surgia a Comissão Pastoral da Terra (CPT) com o objetivo de ajudar a construir alternativas diante da grave situação enfrentada pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia.[...] A CPT nasceu ligada à Igreja Católica, mas em seguida adquiriu um caráter ecumênico, incorporando agentes de outras igrejas cristãs. [...] a entidade estendeu sua ação para todo o Brasil, pois os lavradores, onde quer que estivessem, enfrentavam sérios problemas. Assim, a CPT

se envolveu com os atingidos pelos grandes projetos de barragens e, mais tarde, com os sem-terra. (BENINCÁ, 2010, p. 66)

Arsélio Mossmann, fala como foi à inserção na CPT e como se deu os primeiros passos da resistência dos atingidos na região. Mossmann chegou à região em 1978, sua residência era na linha Jaboticaba/Itapiranga e depois de 2 meses morando no local foi convidado a participar de uma reunião da CPT em Chapecó, segue o relato:

“ Então naquela época do regime militar e era meio restrito, o povo tava meio reprimido e amedrontado não tinha coragem de se expressar, como eu tinha participado do exército eles achavam que eu era o líder ideal para fazer esse curso da Pastoral da Terra, daí fomos para Chapecó né, o Dom José Gomes deu varias palestras e falava que o povo tem que se organizar, tem que se expressar, contra as injustiças que estavam acontecendo com o regime militar, que livre expressão era proibido, os partido político era banido, então fui fazer o curso lá em Chapecó, oito dias ficamos lá no velho seminário. (MOSSMANN, 2018)

Em seguida, Mossmann relata como ficou sabendo do projeto das barragens e quem eram os interessados em fazer a construção. O entrevistado comenta, sobre quais eram os interesses das empresas multinacionais, prejuízos para as famílias atingida e a revolta em saber das possíveis conseqüências:

[..] e lá nós ficamos sabendo, pelos últimos dias que o bispo apresentou que o que tava vindo no Brasil, as empresas multinacionais estrangeiras, tavam querendo tomar o país né e como mais forte era uma empresa norte americana um projeto chamado Conesul né, que eles falaram que era um projeto de 25 grandes hidrelétricas na bacia do rio Uruguai e que isso ia atingir os pequenos agricultores e ia expulsar 200 mil famílias no projeto total[...] os grandes projetos eram para industrialização dos países desenvolvidos, das grandes fabricas poluidoras que lá não eram mais permitido para instalar ali no sul do país, que ali era um povo trabalhador, povo manso né, de origem européia e nosso destino era ir na transamazônica né, para abrir outros campos de grande produção e alertaram nós que nós era só para mão-de-obra barata, servir de mão-de-obra barata, e também lá para abrir essas grandes florestas, para fazer grandes planícies para depois os grandes novamente assumir e nós ser de mão de obra e pião. (MOSSMANN, 2018)

Ao falar dos grandes projetos e as conseqüências, Mossmann destaca que através do aprendizado da Igreja a tarefa era apresentar na comunidade essa questão. E dessa forma, inicia os grupos para organizar a resistência:

Então isso fez nós liderança se revoltar também de indignação de ver esses projetos faraônicos que os países estrangeiros se apoderar dos nossos rios, nossas famílias ser destruídas, nossas organizações da comunidade, isso nos revoltou e daí quando nós retornemo nas comunidades então era nosso compromisso de apresentar isso na comunidade, o que nós tinha aprendido a desejo do bispo ai eu foi na comunidade e apresentei isso né[...],(MOSSMANN, 2018)

Ao falar da memória e da liderança, Bosi afirma que o sujeito não é uma figura neutra na memória política.

Na memória política, os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica “neutra”. Ele quer também julgar, marcando bem o lado em que estava naquela altura da história, e reafirmando sua posição ou matizando-a. (BOSI, 1994, p.453)

A CPT foi o grande instrumento para articular os atingidos na época, fazendo cursos de formação e estimulando para criar grupos de discussão nas comunidades. Dessa forma, formou-se as comissões contra as barragens em diferentes locais da bacia do Rio Uruguai.

Nota-se que nesse processo o bispo da diocese de Chapecó daquele período, Dom José Gomes cumpriu um papel fundamental de mobilizador e conscientizador, mas principalmente como formador de liderança, defendendo os trabalhadores de injustiças sociais que estavam acontecendo na época.

Mossmann relata, que com apoio dos padres da época em um domingo foi feita reunião em 20 comunidades, foi dividido as lideranças para que fosse feita reuniões em todas as comunidades. Segundo ele, era preciso levar o ensinamento para as pessoas. Ao falar da primeira reunião da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens- CRAB, ele lembra que foi em 1979 no município de Concórdia SC, foi convidado a participar pela organização de Erechim. De acordo com o entrevistado, existia um grupo em Erechim que tava organizado e que ele teve varias vezes naquela cidade participando de reuniões e cursos.

De acordo com o Boletim denominado “A Enchente do Uruguai”, de julho de 1985, na página sete apresenta a história dos atingidos até aqueles dias, destacando uma trajetória de 7 anos de organização. O periódico organizado pela CRAB, destaca que com algumas informações a respeito do projeto das 25 barragens, foi possível ir às comunidades e levar á conhecimento da população. O jornal apresenta que a população não acreditava nesse projeto, e a medida que se tinha provas oficiais as dúvidas apareceram e vários problemas foram levantados na época, o que levou os atingidos a organizar sua comissão. Segue a baixo foto da capa do Jornal produzido na época:



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Segundo Mossmann, a partir de 1978 várias reuniões aconteceram nas comunidades atingidas, com ajuda dos padres, pastores e presidentes de sindicatos. A primeira ação que marcou para ele, aconteceu na comunidade de Santa Fé Baixa (Itapiranga) onde foi feito um ato religioso e colocado uma cruz ao lado da capela. Na cruz, havia uma mensagem que dizia “Queremos Terra e não Barragem”. Abaixo registro do encontro ocorrido nesta comunidade, e na imagem é descrito como aconteceu o ato religioso com a lista das pessoas escolhidas para a fazer parte da comissão dos atingidos.

Reunião Contra as Barragem em Santa Fé Baixa
 Dia 8 de Julho domingo a noite
 com prosissão de luzes e o povo
 carregando uma cruz de madeira
 em homenagem ao campo de sumareí
 onde teve a presença ecológica
 a cruz com dizeres queremos terra
 e não Barragem, em seguida com
 tribuna livre com diversos oradores
 como P. salendo de Sindicato Sanjoão
 Desidério Mossmann, e algumas pessoas de
 São João, em sinal de protesto contra as Barragens o povo
 carregou a cruz em sinal dum símbolo de luta que crist
 também sofreu e morreu na cruz por que lise a verdade
 ou mais o menos 130 pessoas entre velhos e crianças

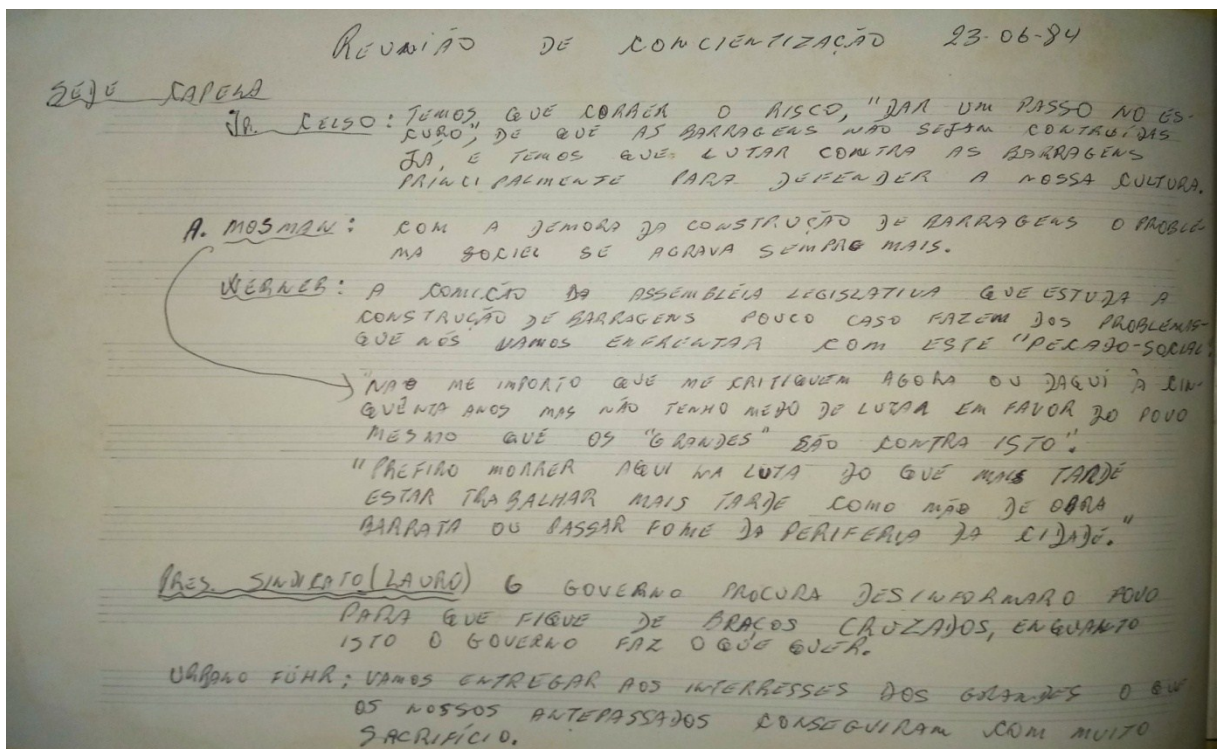
comissão
 Otto Roucher
 Lino Maier
 Ines Sausen
 Vite Sausen
 Edlaísio Luft
 Jose Boarscheidt
 Rogue J. Wolfart
 Afonso Preis

Fonte: Acervo pessoal do autor.

Observa-se no registro que a Cruz era um símbolo de luta, um símbolo religioso que é transformado em sinal de protesto contra as barragens.

A atividade foi lembrada pelo jornal “A enchente do Uruguai de 1984”. Destaca que, para os atingidos de Santa Fé Baixa, o dia 8 de julho se comemora um ano que foi colocado uma grande cruz no centro da comunidade, simbolizando o início da luta contra as barragens. Ainda no jornal, é noticiado que os moradores dessa comunidade se uniram em trabalho coletivo para fazer uma lavoura de milho de um hectare, para isso essas famílias se reuniram para fazer primeiramente o desmatamento desse hectare e em seguida fazer o plantio. Da mesma forma, as mesmas famílias se reuniram para fazer a colheita do milho e ao final da tarde encerraram com uma confraternização na comunidade, mostrando união das famílias, como primeiro passo para organização financeira da comunidade.

No livro de Atas de Arsélio Mossmann, é visível a grande participação dos atingidos nas reuniões das comunidades que tinha como título: “Reunião de conscientização e formação de comissão” e o objetivo de impedir a construção das barragens. Nessas reuniões eram feitos esclarecimentos, formação da comissão da comunidade e também o chamamento para que toda a família entrasse na luta. Segue a seguir imagem de uma das atas daquele período:



Fonte: Acervo pessoal do autor. Arquivo pessoal Arsélio Mossmann. Ata de Reunião de conscientização com falas de representantes de entidades, na comunidade de Sede Capela Itapiranga/SC.

É visível na Ata o posicionamento contrário da construção da barragem e também a consciência que expressavam quanto trabalhadores, que a barragem geraria conseqüências

sociais e na cultura local. Todas as falas reafirmando a importância de resistir à construção da usina.

O jornal a Enchente do Rio Uruguai destaca, que a luta dos atingidos nessa região iniciou em 1984 com uma concentração na Praça de Itapiranga, organizada pela CRAB com apoio dos Sindicatos e Igreja. Nota-se que quanto CRAB esse seja um dos primeiros encontros, mas através dos relatos dos entrevistados e do livro de atas os atingidos vinham se organizando desde 1978.

A primeira grande reunião com a ELETROSUL aconteceu no dia 17 de outubro de 1984 na comunidade de Sede Capela Itapiranga. A reunião fez parte da capa do Jornal “Informativo Agropecuário de Itapiranga” com foto da reunião dizendo que participaram mais de 1.000 pessoas. A reunião que teve início às 9 horas da manhã, terminou às 13 horas e 15 minutos com a presença de 7 engenheiros da Eletrosul. O jornal cita que “a reunião em certos momentos tornou-se tensa e houve incidentes verbais [...] os agricultores avisaram a Eletrosul: não tragam as máquinas que nós não vamos permitir a construção da barragem. Preferimos morrer do que perder nossas terras nesta obra faraônica.”

Ao falar dessa atividade, Mossmann relata que juntamente com o presidente do Sindicato coordenaram a reunião, disse que participou muita gente e mais quatro prefeitos da região estiveram presentes. Mesmo sem experiência em conduzir esse tipo de atividade, deixaram os representantes da empresa sem condições de justificar a construção da barragem, questionando sobre o tratamento que a população atingida teria caso fosse construída a barragem.

“eu me lembro das primeiras atitudes daquela reunião, daí vieram os engenheiros com os rolos de mapas em baixo do braço né, do projeto Itapiranga[...] para apresentar para o povo. Pensei nós começar assim já se entregando, daí já entreguemos a Lala, daí pensei não vai acontecer nada disso [...] para começar a reunião eu falei, antes que eles abrissem o mapa, eles não vão abrir nenhum mapa, primeiro eles tem que abrir um mapa e mostrar onde é o destino deste povo? Né!, onde é que nos vamos ser expulsos daqui? onde é nossa terra? nós vamos ter nosso colégio agrícola? onde é que nós vamos ter nossa escola? nossa igreja? nossa cooperativa? e isso eles tem que apresentar primeiro!, onde é que vai ser nossa terra? Antes que eles abrissem o mapa do projeto, se eles tiver esse mapa podem abrir. Um se olhou para outro pra lá e para cá, faze o que né? (MOSSMANN, 2018)

O entrevistado lembra que através das informações que eles tinham sobre o projeto da barragem contestavam os dados apresentados pelos engenheiros. E relata como foi tensa a reunião.

Eu era presidente da mesa né! Daí convidamos eles, eles apresentaram alguma coisa. [...] eu me lembro que o professor Pedrosa tinha um amigo lá, já tinha um escritório lá em Erechim né, então eles tinham... mais tarde depois eu consegui o livro, mas eles tinham amizade com esse funcionário, ele passou um livro para eles, que eles tiravam os prazos, do Xerox da bacia do rio Uruguai, então quando eles

falavam uma coisa que a bacia era assim não é tanto, eu tinha informação eu abria a pasta enfiava lá dentro puxava a fola desses números e nós temos informação da mesma Eletrosul onde diz que a barragem vai ser dessa altura, de 50 metros de 5 turbinas, que cada turbina iria produzir tanto de energia, o lago seria de mil e quinhentos metros de largura, de 150 metros, agora não me lembro de comprimento, me fugiu da memória, de tanta potência e eles vem ali e querendo enganar o povo, essa ali é a informação da própria Eletrosul de Florianópolis e Erechim, como é que eles vem nos mentindo ali? E eles se olhavam como é que esse cara tem essas informações né, e eles não conseguiram penetrar no povo e conquistar apoio do povo, e foi e foi e os caras não se ariscaram mais, nem, apertado para ir no banheiro, nem re ariscavam mais. Porque o banheiro era no segundo andar, a sociedade era de dois piso né. (MOSSMANN, 2018)

Ainda no decorrer da reunião, o entrevistado cita que foi aberto para o povo falar, porque era um ensinamento da pastoral deixar o povo se manifestar. Segundo ele, o povo questionava bastante chegando ao ponto de um representante levantar e dizer:

“se é assim nós vamos se retirar de Itapiranga, aqui não da para construir barragem, eu tenho 15 anos de engenheiro de hidrelétricas no exterior e aqui no Brasil e eu nunca vi um povo tão feroz contra a barragem que nem aqui. Todo mundo é contra faz o que? Os prefeitos tinham que na marra se apresentar! Você é a favor ou contra? O povo pediu né! O prefeito de itapiranga é contra ou a favor? Sem querer ele tinha que dizer que era contra porque se não ele ia apanhar (risos) não eu sou contra. Então que argumento a Eletrosul tinha para continuar a reunião, pediram pelo amor de Deus para parar”. (MOSSMANN, 2018)

Através desse ocorrido, percebe-se que era muito forte o posicionamento contrário a barragem da população na região. Estavam muito preocupados com a questão das terras e suas estruturas comunitárias, pois o sentimento de perda de tudo isso, fazia com que lutassem fortemente para defendê-las.

O jornal “informativo agropecuário de Itapiranga” (outubro de 1984) informa que foram erguidas cruces nas esquinas das comunidades de Chapéu, Macuco, Catres, Sede Capela e Fortaleza, em protesto contra a barragem. Em uma das cruces com um tema “ a nossa união termina com a barragem”, em outro trecho da página 3 o informativo reproduz a fala do representante da comunidade de Chapéu, falou Eugênio Lottermann: “ Conclamo a todos para que nos unamos e juntos formemos uma força para que o capitalismo egoísta não nos consiga vencer, mas sim, mais uma vez, tenha que ceder o passo a justiça e conseqüentemente a paz e ao progresso”.

Abaixo imagem das cruces que eram colocadas como símbolos de resistência, uma delas com datação de 1985, na comunidade de Catres, Mondai/SC. E outra plantada em 2004, marcando outro passo de resistência.



Fonte: Arquivo MAB

Na contracapa do jornal Informativo Agropecuário de Itapiranga de outubro de 1984, é apresentado uma matéria com o título; “Sindicatos entregam documento com 1 milhão e 200 mil assinaturas contra as barragens”. Nessa matéria é destacado o documento com o abaixo assinado que foi entregue ao Presidente da República, Ministro extraordinário para assuntos fundiários, Eletrobrás, à Eletrosul e aos governos do estado de SC e RS, pedindo para que o governo não levasse mais a diante o projeto de construção das 25 barragens na Bacia do Rio Uruguai. Nesse documento, os atingidos argumentam porque eles eram contra as barragens.

José Fritsch lembra que, para conseguir marcar a reunião em Brasília para entregar o documento com o abaixo assinado, tiveram que fazer mobilização e ocupar o escritório da Eletrosul em Erechim/RS.

Os principais argumentos descritos no jornal eram: por entender que havia uma sobra de energia naquele período. Pelas contradições de outras barragens já construídas que piorou as condições de vidas das famílias, gerou perda da cultura, escolas e Igrejas. Por não haver um projeto de reassentamento das famílias. Além, de não concordar com o deslocamento e exploração dos trabalhadores rurais, das colonizadoras do norte do país, evitando choque de hábitos de vida, clima e outros. Pelo descaso com os índios, a destruição de sua cultura sem o menor respeito pela vida. Na questão ecológica primordial há continuidade da existência da vida, bem como da vegetação natural da região, dinamizando da agricultura e alta fertilidade do solo.

Argumentava também, o desequilíbrio que provocaria entre a fauna e a flora, destruindo espécies vegetais raras e animais aquáticos que se desenvolvem na água corrente. Entre outros argumentos, destacava-se que, com a barragem aumentaria o desemprego e a violência; poluição dos rios; endividamento interno e externo; lucro para as empresas

multinacionais; diminuição da terra de produção de alimentos; diminuição da iniciativa da população com os grandes projetos na busca de fontes alternativas de energia; isolamento de regiões e concentração do controle energético.

Percebe-se que, através desses argumentos contrários o povo estava consciente das contradições do setor elétrico vigente nesse período e os problemas que poderiam ser causado na região de Itapiranga.

De acordo Mossmann, outra forte concentração foi realizada no município de Riqueza-SC. Relata que, foram com 03 caminhões cheios de gente de Itapiranga para arrancar todos os marcos que a Eletrosul tinha colocado na barranca do rio. Segundo ele, ninguém sabia quando tinha sido colocado esses marcos. No entanto o povo sabia onde estavam e se dirigiam até lá, arrancavam e depois foram até a ponte de Iraí/RS e jogaram dentro do rio. Em forma de protesto aonde sabiam que existia marco o povo arrancava e jogava no mesmo. A ação é lembrada também pelo Pastor Günter Adolf Wolff:

“Em 84 e 85 foi todo um movimento de arranque dos marcos, em 25 de julho 85[...] tinha uma concentração aqui na Santa Lúcia (Palmitos) e foi levado 3 marcos e jogados no Rio Uruguai[...] como forma de protesto né, e vinha muita gente, [...] ninguém vinha de ônibus, pessoal vinha de caminhão, cheio de gente, 50, 60 pessoa em cima empilhado, gritando pelo caminho e descendo costeando o rio, o pessoal sabia, aqui tem um marco, ali tem um marco. Iam lá arrancando e jogando no rio.” (WOLFF, 2018)

Mossmann aborda na entrevista de como o povo estava bem organizado, e relata outra atividade importante que aconteceu em Itapiranga na luta contra a barragem. O presidente da Eletrosul e o senador da época Bornhausen vieram a Itapiranga fundar o Partido da Frente Liberal- PFL, segue seu depoimento:

“aconteceu mais uma grande reunião que impacto para nós ter um sentimento que essa barragem não ia sair mais. Veio uma vez uma noticia de um radialista, era amigo meu também e veio dizendo que hoje a noite, imagina como o povo estava organizado, pelas quatro e meia ele passou na minha casa e disse que hoje a noite vai vim o presidente da Eletrosul e o senador [...] o Bornaun, vinha a Itapiranga formar o Partido PFL,[...] era o momento de fazer um protesto hoje a noite e eu fui então, peguei meu carro e fui avisar, o presidente, avisar a minha comunidade e dei o recado e você vai organizar essa comunidade e eu foi lá ainda ligeiro com nosso secretario que era professor universitário ele bateu os documento para o ato de hoje a noite que nós ia apresentar [...] daí de noite fumo lá em Itapiranga as 5 horas e reunimos mais que 350 pessoas, hoje tu imagina hoje? caminhão cheio de Chapéu veio a Itapiranga né, de momento porque era o presidente da Eletrosul, é o inimigo nosso né ! Pronto!”

Mossmann detalha como aconteceu o ato nessa reunião partidária, os atingidos fizeram a intervenção com gritos e diziam “fora Eletrosul povo de Itapiranga não quer barragem”. Os atingidos presentes solicitavam o microfone e faziam diversas falas contra a construção da

barragem e em seguida passaram a palavra para o presidente da Eletrosul, mas como ele falou que primeiro iriam discutir sobre política eles se levantaram e saíram da reunião. Mossmann cita um fato interessante que aconteceu “[...] todo mundo se levantou e fomos se retirando e o povo que vinha na reunião, disseram terminou a reunião? Sim, terminou! e esse povo também saiu junto, terminou, ficaram só eles lá na mesa (risos)”[...]

Através dessas ações citadas acima observa-se que a resistência era muito forte. Qualquer atividade da Eletrosul ou de representantes era motivo de marcar posição e mostrar que os atingidos eram contra a barragem. Tudo isso representava a organização e consciência que as pessoas possuíam na defesa de território e tinham claro quem era seu “inimigo”.

Para Fritsch, era uma organização muito forte e discutiam não só assuntos da barragem. Segue o relato; “[...] mas também discutia a conjuntura, os problemas do governo, porque tinha problema de banco, porque não tinha crédito, então transpassava, todas outras lutas também passava pela luta da organização das barragem [...] para ele as pessoas tinham consciência de classe. Ao tratar sobre consciência de classe Thompson afirma que:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. [...] A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. (THOMPSON, 1987, 10)

Para o entrevistado, Günter Adolf Wolff, o processo de mobilização e formação criou consciência de classe para as lideranças de Itapiranga:

“ [...] eles tem, tem uma consciência mais elevada né, mais clareza, que vai além da defesa da sua própria terra, porque se a gente vê o discurso de alguns, eles tem o discurso de esquerda né! Porque ? porque nesse período nesse período de 30 anos de luta eles participaram de muita mobilização, participaram de muitos encontros de formação que o MAB fez e aí o pessoal vai aprendendo e vai vendo que o problema todo é o capitalismo, que a barragem é apenas uma parte do capitalismo, que a energia é essencial na reprodução do capitalismo e alguns tem o entendimento de que a gente precisa construir uma sociedade socialista, mas a grande massa não, creio que não. Mas isso é o avanço que o processo de luta de massa traz consigo, que cria consciência de classe entre os atingidos”. (WOLFF, 2018)

Mesmo a barragem não ter sido construída os relatos de impactos causados na região chamam a atenção. Para Fritsch, teve muitas famílias que já venderam e saíram da região por não ter que conviver com incertezas, outro impacto negativo é que a atividade econômica paralisou, muitos deixaram de investir em aviários, chiqueiros, porque não sabiam como

seriam as indenizações. Segundo ele, a incerteza fez com que a atividade econômica, as comunidades parassem de se modernizar, de melhorar as casas e a perspectiva de desenvolvimento e crescimento econômico parou praticamente em toda bacia do Rio Uruguai.

Mossmann também relata os impactos que já foram causados, de acordo com ele, em sua comunidade havia serrarias, moinho, marcenaria, alfaiataria, colégio agrícola, comércio, mecânica e eles se retiraram e foram para outras regiões. Ainda lembra, que a estrada beira rio é a estrada estadual mais antiga que liga o município, encontra-se sempre em péssimas condições. Era uma reivindicação antiga da região em fazer asfalto, mas o governo fez outro acesso ligando os municípios, com receio que seria um investimento que ficaria em baixo d'água. Essa falta de investimento em estradas, a expectativa de que a barragem fosse construída foi desmotivando as pessoas em permanecer na região.

Segundo a cartilha da CRAB intitulada “Nossa história em debate”, apresenta que a CRAB foi fundada com a finalidade de unir a luta dos atingidos pelas varias barragens que estavam no projeto em 1979. E a partir dessa data, esse seria o instrumento de organização e luta daqueles que fossem assumindo a CRAB. Seu principal slogan nesse período era caracterizado da luta de resistência na terra, com o tema “Terra sim, barragens Não”. A cartilha destaca ainda que as reivindicações, abaixo-assinado, manifestações públicas, a estruturação do movimento em comissões locais, municipais e regionais, as audiências, articulações nacionais e internacionais fizeram com que a organização dos atingidos fosse reconhecida pela sociedade civil e pelo governo.

A CRAB se designava como um movimento popular autônomo, que visava reunir, esclarecer e organizar os atingidos direta ou indiretamente pelas barragens e obras complementares pré construídas ou projetadas na bacia do Rio Uruguai, para a defesa de seus direitos, sem fronteiras de países, cor, sexo, religião ou opção político-partidária.

Em 1989 a identidade da CRAB, era entendida como um conjunto de cinco regiões organizadas; região I- barragem de Itá e Machadinho; região II - barragens de Itapiranga e Iraí; região III- barragens de Lages e Vacaria; região IV- barragens dos rios Chapecó e Chapecozinho e região V- barragens binacionais.

É possível identificar através de documentos da CRAB, que no final dos anos 80 o movimento estava empenhado na estruturação da Comissão Nacional de Atingidos por Barragens, pela necessidade de se articular nacionalmente e internacionalmente. Dentre as avaliações da sua 4ª assembléia em 1989, a preocupação era que o movimento permaneceu na luta de resistência e pouco avançou no sentido de exigir dos órgãos responsável alternativa para o setor energético. Para responder esse e alguns desafios, ainda maiores se colocava

naquele momento a necessidade da reestruturação do movimento, no compromisso de pensar alternativas para o setor energético, com participação popular e preservando o homem e a natureza. Conforme processo histórico do MAB aborda que:

As experiências de luta local foram extremamente importantes e desencadearam em um processo de articulação. Em 1989, foi realizado o **Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens**, que contou com a participação de representantes de várias regiões do País. Foi um momento onde se realizou um levantamento global das lutas e experiências dos atingidos em todo o país. Foi então decidido constituir uma organização mais forte a nível nacional para fazer frente aos planos de construção de grandes barragens. MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens. **Sobre o MAB**. Disponível em: < <http://www.mabnacional.org.br/historia> >. Acesso em 13 de junho de 2018.

Essa atividade de caráter nacional deu inicio a uma organização mais ampla e articulada. No qual dois anos mais tarde, foi realizado o I Congresso dos Atingidos de todo o Brasil em março de 1991, onde se decide que o MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens, deveria ser um movimento nacional, popular e autônomo, organizando e articulando as ações contra as barragens a partir das realidades locais, à luz dos princípios deliberados pelo Congresso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do setor energético brasileiro historicamente tem uma relação entre o Estado e o capital privado. A construção de barragens tem gerado grandes conflitos devido a atuação do Estado e as empresas nacionais e multinacionais, mas os projetos mesmo sendo de grande divergência ambiental e social em sua grande maioria foram executados. No caso do projeto de Itapiranga/SC, o processo de resistência tem dificultado a construção da barragem e mostra que os atingidos por mais de 30 anos enfrentam o governo e as empresas para que não seja construída a barragem.

O objeto do estudo foi buscar entender, como foi o processo de resistência que resultou na organização e consolidação do Movimento dos Atingidos por Barragens, é possível afirmar que os primeiros passos dessa organização foram através das contribuições das Igrejas Católica e IECLB. Os entrevistados relatam que o Bispo Dom José Gomes, da diocese de Chapecó teve um papel fundamental de fomentar em conjunto com a Comissão Pastoral da Terra - CPT a organização dos atingidos, formar lideranças e criar grupos de reflexão. Dessa forma é que surgiram as comissões locais que fizeram um grande enfrentamento contrário ao projeto da barragem de Itapiranga.

Diante disso, é possível entender que as primeiras ações e posicionamentos dos atingidos que marcam a história de resistência são de caráter religioso, a colocação de cruzeiros nas comunidades ameaçadas são os símbolos da luta dos ameaçados pelo projeto.

Um fator importante a destacar é que diferente de outras regiões do país iniciou um processo de organização antes da barragem ser construída, isso contribuiu bastante para os atingidos se mobilizassem e lutassem contra a construção.

A luta de resistência ao projeto da barragem tinha como ponto principal a questão da terra, mas existia um grande enfrentamento ao setor energético destacando contradições existentes e problemas em barragens construídas nessa época.

A posição contrária se dava por entender que havia uma sobra de energia naquele período. Pelas contradições de outras barragens já construídas que piorou as condições de vidas das famílias, gerou perda da cultura, escolas e Igrejas, por não haver um projeto de reassentamento das famílias. Além de não concordar com o deslocamento e exploração dos trabalhadores rurais, das colonizadoras do norte do país, evitando choque de hábitos de vida, clima e outros. Pelo descaso com os índios, a destruição de sua cultura sem o menor respeito pela vida. Na questão ecológica primordial há continuidade da existência da vida, bem como da vegetação natural da região, dinamizando da agricultura e alta fertilidade do solo. Além

disso, tinham claro que as barragens eram para gerar lucro para as multinacionais e concentração do controle energético.

É possível dizer, que a organização dos atingidos naquele período entre os anos 70 e 80 foi fundamental para construir um movimento de caráter regional. A CRAB, foi à entidade representativa dos atingidos das diferentes regiões da bacia do rio Uruguai. Essa organização potencializou a luta dos atingidos e serviu de ferramenta na defesa dos direitos. A luta contraria a barragem de Itapiranga e outras projetadas no rio Uruguai construiu uma identidade dos atingidos. Importante destacar que houve participação de lideranças da região desde o início da constituição da CRAB em 1979.

Percebe-se que a região de Itapiranga estava muito bem organizada, através dos registros de reuniões e ações realizadas. As comunidades tinham seus representantes escolhidos para integrar as comissões locais e estavam fazendo plantio de milho para organizar o financeiro do grupo. Esse processo de auto-sustentação econômica mostra a autonomia e independência dos ameaçados para realizarem suas atividades.

É notável o grande número de atividades que aconteceram naquele período, inúmeras reuniões nas comunidades, reuniões com representantes da ELETROSUL, realização de abaixo-assinado, arranque de marcos e atos promovidos para denunciar os problemas das barragens e o posicionamento contrário a construção. Esse processo todo de enfrentamento e resistência resultou na condição de sujeitos inseridos em uma classe social.

Outro fator importante a destacar, é sobre o conceito de atingido mesmo a barragem não sendo construída, através da pesquisa é possível concluir que desde que surge a notícia do projeto da barragem, a região vive de incertezas e a redução de investimentos pelo risco de ficar em baixo d'água. Os entrevistados apresentam que muita gente deixou a suas comunidades para não vivenciar mais esse processo, muitas atividades econômicas deixaram de existir e muitas ações governamentais e municipais não aconteceram mais devido a ameaça da barragem. Frente a isso, não estão mais na condição de ameaçados, mas atingidos por um projeto que vem castigando a região ao longo dos mais de 30 anos.

Os conflitos e as diversas formas de violência, em virtude das construções de hidrelétricas, resultaram na organização dos atingidos em todo o Brasil com formas organizativas diferentes com apoio da Igreja e entidades sindicais. A resistência é um marco histórico para a consolidação de um movimento social.

Para finalizar, o processo de resistência do projeto da barragem de Itapiranga foi importante para consolidar o Movimento dos Atingidos por Barragens- MAB. Movimento de

caráter nacional que se consolida no final dos anos 80, movimento popular, reivindicatório e político.

A partir desse trabalho, novas observações podem ser feitas sobre o assunto, pois, a complexidade do tema exige muitos debates no sentido de discutir novas fontes de geração de energia, bem como construir políticas para as populações atingidas por barragens e que o modelo energético possa estar atendendo aos interesses de toda sociedade brasileira.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANNEL, **Matriz energética**. Disponível em:

<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial>>. Acesso em: 19 de junho de 2015.

BENINCÁ, Dirceu. **Energia & Cidadania a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: PUC, Livros grátis, 2010.

BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade: lembrança dos velhos**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CERVINKI, Gilberto Carlos. **A materialização do modelo energético brasileiro na bacia do Rio Uruguai**. Erechim-2010. Artigo, 32 p.

FRNZEN, Douglas O. & MAYER, Leandro (org). Porto Novo 90 anos: perspectivas históricas e contemporâneas. São Leopoldo: Oikos, 2016.

GONÇALVES Jr., Dorival. **Reformas na indústria elétrica brasileira: a disputa pelas 'fontes' e o controle dos excedentes**. São Paulo: USP/PIPGE, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LOCATELLI, Carlos. **Comunicação e Barragens: O poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação de hidrelétricas**. Florianópolis: Editora INSULAR, 2014.

_____ (org.). **Barragens Imaginárias: A construção de hidrelétricas pela comunicação**. Florianópolis: Insular, 2015.

MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens. **Quem somos**. Disponível em:

<<http://www.mabnacional.org.br/content/quem-somos>>. Acesso em 13 de junho de 2018.

_____. **História do MAB**. Disponível em: < <http://www.mabnacional.org.br/historia> >. Acesso em 13 de junho de 2018.

PICOLI, Bruno Antonio. **Sob os Desígnios do Progresso**. Xanxerê: News Print Gráfica Editora Ltda. 2012.

PINHEIRINHO DO VALE, **História do município**. Disponível em <

<http://www.ufrgs.br/monitoramentopne/planos-municipais-de-educacao-rs/p/pinhal-do-vale.05/11>> acesso dia 05 de novembro de 2018.

PINSKI, Carla, B (org). **Fontes Históricas**. 2 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

(Orgs) RADIN, José C.; VALENTINI, Delmir; ZART, Paulo A. **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016.

RIBEIRO, Darci. **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil.** São Paulo: companhia das letras 1995.

ROCHA, Humberto José. **Integração desintegradora:** a trajetória de projetos hidrelétricos desde a IIRSA até as comunidades locais. Artigo publicado na revista Mural Internacional. Junho de 2012.

_____. **Relações de poder na instalação de hidrelétricas.** Passo Fundo. Ed. UPF, 2013.

(orgs) ROCHA, Humberto; PASE, Hemerson; LOCATELLI, Carlos. **Políticas públicas e hidrelétricas no sul do Brasil.** Pelotas: Ed. Da Universidade de Pelotas, 2014.

THOMPSON, E. P. Intervalo: **A Lógica Histórica:** In a Miséria da teoria: Ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa.** VolumE I, II e III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FONTES

AGRICULTORES discutem barragem com ELETROSUL. **Jornal Informativo Agropecuário**. Itapiranga. Nº 31, capa, outubro de 1984.

COMISSÃO REGIONAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (CRAB). **Nossa história em debate**. Erechim: Gráfica Viane, 1989.

_____. **A Enchente do Rio Uruguai**. Boletim, ed. Nº 11, Erechim, 1985.

_____. **A Enchente do Rio Uruguai**. Boletim, ed. Nº 20, Erechim, 1988.

_____. **A Enchente do Rio Uruguai**. Boletim, ed. Nº 23, Erechim, 1988.

_____. **A Enchente do Rio Uruguai**. Boletim, ed. Nº 28, Erechim, 1989.

FRITSCH, José. **José Fritsch**: depoimento. Entrevistador: Rudinei José Cenci. Chapecó: UFFS, 2018.

MOSSMANN, Arsélio. **Arsélio Mossmann**: depoimento. Entrevistador: Rudinei José Cenci. Itapiranga: UFFS, 2018.

SINDICATOS entregam documento com 1 milhão e 200 mil assinaturas contra as barragens. **Jornal Informativo Agropecuário**. Itapiranga. Nº31, p.03, outubro de 1984.

WOLFF, Günter, A. **Günter Adolf Wolff**: depoimento. Entrevistador: Rudinei José Cenci. Palmitos: UFFS, 2018.